

Senadores rejeitam secretaria e acabam com sessão secreta

Abertura do voto em deliberações sobre perda de mandato parlamentar – prevista em três propostas de emenda à Constituição – começou a ser discutida também no dia em que o Senado examinou uma extensa pauta

O fim da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República e das sessões secretas para deliberação sobre perda de mandato parlamentar no Senado Federal foram as duas decisões mais importantes tomadas ontem à noite pelo Plenário. A medida provisória (MP) que criou a secretaria com *status* de ministério caiu por não ter sido considerada urgente nem relevante ainda na fase preliminar do exame. A rejeição da MP, por 46 votos contra 22, acaba com cerca de 600 cargos comissionados, inclu-

sive o do ministro Mangabeira Unger, que era professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e foi convidado para o cargo pelo presidente Lula em abril deste ano.

O fim das sessões secretas para deliberações sobre perda de mandato, que só depende da promulgação da proposta pela Mesa do Senado, não significa o fim do voto secreto. A abertura do voto – prevista em três propostas de emenda constitucional – começou a ser discutida também ontem à noite. **Páginas 3 e 4**



Senadores do governo e da oposição buscam entendimento e destravam a pauta

Mais vítimas do cézio devem ser beneficiadas com pensão

A pensão especial concedida a vítimas do cézio-137 deve ser estendida a todos os servidores públicos atingidos pelo acidente ocorrido há 20 anos, em Goiânia. A

proposta, que ainda reajusta o valor para R\$ 750, foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais e segue agora para análise do Plenário. **Página 6**

ICMS menor para produtor rural

A compra de insumo isento de ICMS pode gerar crédito do imposto para compensação na operação de venda final. **Página 6**

Tecnologia contra acidente aéreo

A tecnologia conhecida como Emas foi indicada por especialistas, em audiência pública, para prevenir acidentes em pista curta. **Página 8**

Aprovado projeto que obriga BC a prestar contas ao Senado

A cada três meses, o presidente do Banco Central deve comparecer ao Senado para discutir a política monetária em audiência pública na Comissão de Assuntos Econô-

micos. A medida é prevista em projeto de resolução do senador Aloizio Mercadante aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. **Página 7**



Representantes das vítimas seguem para a CAS a fim de acompanhar a votação



Presidência por Maciel, a CCJ discute propostas que visam dar maior agilidade ao Judiciário



Zambiasi ressalta proposta do presidente para realização da Conferência Rio+20

Zambiasi elogia fala de Lula sobre mudanças climáticas

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) elogiou o discurso do presidente Lula na Organização das Nações Unidas (ONU), na terça-feira, em que enfatizou a urgência do enfrentamento das causas das mudanças climáticas no planeta. O parlamentar frisou também a proposta do presidente para realização, no Brasil, da Conferência Rio+20, em 2012, sobre meio ambiente, a exemplo da Rio 92.

O senador destacou ainda o alerta do presidente Lula para a “iminência de uma catástrofe sem precedentes e de consequências imprevisíveis”, se os problemas ambientais não forem enfrentados. O presidente também quer que os países industrializados dêem o exemplo imediatamente.

Na avaliação do parlamentar, é imprescindível o cumprimento dos compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto, em vigor desde 2005 e assinado por 175 países. No entanto, ele observa que são necessárias metas mais ambiciosas a partir de 2012.

– Os países industrializados que o assinam se comprometem com metas de redução de emissões de gases até 2012, mas alguns dos principais poluidores, como os Estados Unidos, não estão entre os signatários – disse Zambiasi.

Na primeira visita oficial ao Brasil, Nursultan Nazarbayev irá discutir mecanismos de trocas comerciais e de cooperação

Renan Calheiros recebe o presidente do Cazaquistão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje, às 15h, o presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, que realiza a primeira visita oficial de um chefe de Estado e de governo de um país da Ásia Central à América Latina. Ele vem acompanhado de uma delegação de 19 pessoas, entre elas ministros de Estado e presidentes de empresas estatais.

A visita realiza-se no momento em que Brasil e Cazaquistão empenham-se em estreitar vínculos de amizade e comércio. Em agosto do ano passado, o Brasil inaugurou embaixada em Astana, capital daquele país, em um esforço para ampliar a presença brasileira na Ásia Central.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecerem a independência do Cazaquistão, dez dias após seu afastamento da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. As relações diplomáticas foram estabelecidas em setembro de 1993 e, em julho de 1998, a embaixada

brasileira em Moscou passou a representar o Brasil também no Cazaquistão.

Nos encontros oficiais que realizará no Brasil, Nursultan Nazarbayev deverá discutir mecanismos de ampliação de consultas políticas, de trocas comerciais e de cooperação entre Brasil e Cazaquistão, destacando-se assuntos como energia e agricultura. Sua agenda inclui audiências com os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, além de almoço com o presidente Lula, no qual os dois firmarão acordos, entre eles uma declaração política na qual os dois países se dispõem a estimular a cooperação bilateral em várias áreas.

Integrantes da comitiva oficial cazaque deverão participar de reuniões com os presidentes da Petrobras, da Companhia Vale do Rio Doce e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outros.

Lula distribui na ONU documentário da TV Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que discursou na terça-feira na abertura da Assembleia Geral da Nações Unidas, em Nova York, apresentou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, com um

livro acompanhado de um DVD produzido pela TV Senado, em homenagem ao artista brasileiro Candido Portinari.

O documentário, dirigido por Maria Maia, ganhou versão em inglês, *Portinari: poet of co-*



De cada três obras do governo, uma tem evidência de corrupção, afirma Mão Santa

Mão Santa lembra a Lula o mandamento “Não furtarás”

Após cumprimentar a equipe do **Jornal do Senado** pela matéria sobre a entrega do relatório em que o Tribunal de Contas das União (TCU) aponta irregularidades graves em 77 obras do governo federal, o senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Lula que “aprenda pelo menos dois dos dez mandamentos bíblicos”. Mão Santa indicou o 7º mandamento: “Não furtarás”; e o 10º: “Não cobiçarás o que não lhe pertence”.

O senador assinalou que, de cada três obras, foram encontradas evidências de corrupção em uma e que a maior incidência de irregularidades graves está no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

– Esse é o dinheiro que está faltando para a saúde, para a educação e para segurança – advertiu Mão Santa.

Fotos: Leopoldo Silva

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem ao Dia Mundial do Turismo

Às 10h, haverá sessão especial do Senado em homenagem ao Dia Mundial do Turismo. O evento encerra a programação da 1ª Semana Nacional do Turismo, promovida pelo Congresso Nacional. A sessão deliberativa tem início às 14h.

Embaixador do Peru fala sobre terremoto

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) ouve, às 10h, o embaixador do Peru no Brasil, Hugo de Zela, sobre as consequências do terremoto que atingiu o país. Ainda em pauta indicações para embaixadores do Brasil em Honduras e na República Tcheca.

Meia-entrada para estudantes e idosos

A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social debatem, às 10h, o projeto que dispõe sobre o benefício da meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos.

CMO promove audiência em Belo Horizonte

Às 14h, inicia-se, em Belo Horizonte, a quarta audiência pública externa da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para ampliar a participação popular na elaboração do Orçamento para 2008.

Exposição sobre holocausto

A embaixada da Ucrânia promove até amanhã exposição de gravuras dedicadas ao holocausto ocorrido naquele país. A exposição acontece na Biblioteca do Senado, das 9h às 14h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Renan Calheiros, Alvaro Dias e Serys Shhessarenko

Retomada de votações por acordo de líderes permite aprovação de quatro MPs, entre elas a que reajusta salários de assessores e a que destina recursos ao Fundeb

Acolhido aumento em gratificação por cargo de chefia

Reajustes de 30% a 139% concedidos a todos os assessores do governo federal que recebem gratificações de chefia (DAS, CDs, NES e FGs), previstos na Medida Provisória 375/07, foram aprovados ontem por votação simbólica.

O relator-revisor da matéria, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), informou ao Plenário que este é o primeiro reajuste significativo que o governo Lula concede às pessoas que ocupam cargos de assessoramento. O aumento custará aos cofres públicos, este ano, R\$ 282,6 milhões, e R\$ 484,4 milhões a partir de 2008.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que as quase 75 mil gratificações por chefias do serviço público federal precisavam do reajuste e disse esperar que “não haja aparelhamento” do governo federal por petistas.

Mais prazo para compensações da Previdência

Uma nova prorrogação, por três anos, do prazo para troca de informações para fins de compensação financeira entre o Regime Geral da Previdência Social e os regimes próprios de previdência dos estados e municípios foi aprovada ontem pelo Plenário.

O prazo anterior foi considerado insuficiente, especialmente para os pequenos municípios, dada a complexidade operacional da compensação, decorrente do grande volume de documentos a serem avaliados. Também foram apontadas dificuldades de obtenção de dados trabalhistas dos segurados e da homologação dos benefícios pelos tribunais de contas.

O relator do projeto (PLV 26/07) proveniente da Medida Provisória 374/07, Cícero Lucena (PSDB-PB), apresentou voto favorável, com a inclusão de uma emenda. A matéria retorna à Câmara dos Deputados.



Senadores debatem em Plenário pontos da medida provisória, que terminou derrubada por 46 votos contra 22

Senado rejeita MP que criou a Secretaria de Longo Prazo

O Plenário rejeitou ontem, por 46 votos contra 22, a medida provisória (MP) que criou a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, chefiada por Roberto Mangabeira Unger. Os senadores consideraram inadmissíveis os pressupostos de relevância e urgência para admissibilidade da MP, acompanhando assim o relator, Valter Pereira (PMDB-MS).

Com a rejeição da MP 377/07, que havia sido transformada pela Câmara dos Deputados no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/07, será formada uma comissão mista para elaborar projeto de decreto legislativo visando disciplinar as relações jurídicas decorrentes da medida.

Cargos

A proposição do Executivo ainda criou 79 cargos de funções gratificadas e cargos de direção e assessoramento superior (DAS) no âmbito da secretaria. Ao todo, segundo Valter Pereira, foram instituídos 626 cargos DAS e 34 funções gratificadas, distribuídos, além da secretaria, a vários órgãos do Executivo.

– A forma exagerada como este governo vem criando órgãos públicos e cargos comissionados é responsável pelo baixo crescimento que o país apresenta, em comparação

com países como a Índia e a China – destacou Valter Pereira, para quem a matéria poderia ter sido encaminhada na forma de projeto de lei. Ele também pediu a rejeição da MP no mérito, que não chegou a ser apreciado.

Debate

Na discussão, o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), lembrou que o governo retirou três MPs na Câmara, para desobstruir a pauta e votar a prorrogação da CPMF. “O governo, quando retira, deixa entrever que não leva a sério a edição de medidas provisórias e o princípio da constitucionalidade”, afirmou. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o Senado já havia aprovado a criação de organismos e secretarias por meio de MPs e observou que, com a rejeição do PLV, os 660 ocupantes dos cargos criados seriam demitidos.

O próprio líder do PMDB – partido da base do governo –, Valdir Raupp (RO), encaminhou a votação contrária ao projeto de conversão, seguindo o relator, que é de seu partido.

Citando reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que o PT arrecadou, com o dízimo que cobra dos ocupantes de cargos públicos, R\$ 2,88

milhões somente este ano. Sérgio Guerra (PSDB-PE) acrescentou que, ao longo do governo Lula, foram criados 22.345 cargos comissionados.

Exercência

Marconi Perillo (PSDB-GO) considerou que a matéria significa “mais uma exercência do governo federal”, enquanto Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que a oposição apelidara a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo de “Sealopra”, uma brincadeira com as iniciais do nome do órgão.

O líder do DEM, José Agripino (RN), lamentou que o Executivo institua ministérios por MP. Heráclito Fortes (DEM-PI) observou que “o governo cria funções e ministérios sem nenhuma razão de ser”. Demostenes Torres (DEM-GO) citou letra de música de Aldir Blanc criticando a situação da saúde no Brasil.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a secretaria desvalorizava o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão a ela incorporado. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “a MP é tão ridícula que dispensa comentários”. E Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que convoque o Congresso para apreciar vetos presidenciais à Sudam e à Sudene.

Aprovados R\$ 14 bilhões para o Fundo da Educação Básica

A medida provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 15,7 bilhões em favor de estados, Distrito Federal e municípios foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. Desse total, cerca de R\$ 14 bilhões serão destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sendo o restante direcionado a compensações por perdas decorrentes da Lei Kandir. A matéria (MP 376/07) vai agora à promulgação.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora-revisora do texto, apresen-

tou voto favorável a sua aprovação, por entender que a MP atende os pressupostos constitucionais de adequação financeira e orçamentária. Considerou ainda que a MP trata de despesas não passíveis de previsibilidade, por não estarem contempladas no Orçamento da União de 2007 e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os líderes do DEM, José Agripino (RN), e do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), manifestaram voto favorável à MP. Para Agripino, por se tratar do Fundeb, a matéria justifica a abertura de crédito extraordinário.

Senadores mantêm limites para deduções de municípios

Os senadores rejeitaram ontem o Projeto de Lei de Conversão 28/07 – proveniente da Medida Provisória 378/07 – que define limites para dedução de recursos no cálculo da Receita Líquida Real (RLR) dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Mesmo não acolhendo as alterações propostas à MP pelos deputados, os senadores aprovaram o texto original da proposição. Por isso, a matéria retorna à Câmara para ser reexaminada.

A MP, aprovada pelos deputados no início do mês, recompõe as regras

que prevaleciam até a edição da Lei 11.494/07 que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

De acordo com a medida provisória, estados e municípios ficam autorizados a excluir do cálculo da Receita Líquida Real os repasses feitos ao Fundeb, limitados a 15% da parcela do ICMS, do Fundo de Participação dos Estados, do Fundo de Participação dos Municípios, e da parcela do IPI/Exportações.

Plenário adia votação de regra para concessão de estágios

O Plenário adiou a votação do substitutivo ao projeto da Câmara (PLC 44/07) que atualiza as regras para a concessão de estágios a estudantes dos ensinos superior, médio e profissional. O pedido para a apreciação da matéria em regime de urgência foi retirado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), depois que Osmar Dias (PDT-PR) acusou o governo de ter plagiado

proposta de sua autoria (PLS 473/03), que tramita no Senado há cinco anos e também estabelece a revisão das atuais normas de estágio. Com a extinção da urgência, o projeto será encaminhado para reexame da Comissão de Educação (CE), explicou Jucá.

– O governo copiou o projeto que está na Casa há cinco anos. Não posso admitir esse desrespeito – disse Osmar Dias.

Senadores acolhem por unanimidade mudança no regimento que põe fim às sessões secretas em caso de votação de perda de mandato

Plenário aprova sessão aberta sobre cassação

Falta apenas a Mesa promulgar a decisão que o Plenário tomou na noite de ontem para que sejam extintas as sessões secretas nos casos de deliberação sobre perda de mandato de senador. Em votação simbólica na qual nenhum senador se pronunciou de forma contrária, o Projeto de Resolução 55/07, de Delcídio Amaral (PT-MS), foi aprovado.

A proposta exclui do rol de hipóteses em que obrigatoriamente a sessão plenária transforma-se em secreta aquela que trata da perda de mandato de senador. O relator da matéria em Plenário, Romero Jucá (PMDB-RR), excluiu também das votações secretas as suspensões de imunidade de senador durante estado de sítio.

Com a aprovação do projeto de resolução, as sessões serão obrigatoriamente secretas somente nos casos de declaração de guerra, acordo sobre



Os senadores realizaram ontem a primeira sessão para discutir propostas que acabam com o voto secreto

a paz, escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente e se convocada de ofício pelo presidente da Casa, ou mediante requerimento de algum senador.

– Acho que o Senado está avançando. Todos os senadores desta Casa fecharam posição em favor da extinção da sessão secreta. Dessa forma, o Senado resgata um pro-

cedimento que a sociedade considera importante – afirmou Jucá.

Nomeado relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ela entrar em regime de urgência, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) indagou ao presidente Renan Calheiros o porquê de Jucá ter sido indicado para relatar o PRS no

Plenário, em vez dele próprio. Renan explicou que é sua, regimentalmente, a competência para designar relator no Plenário do Senado.

Exemplo

O presidente do Senado afirmou que a decisão da Casa deve servir de exemplo para outras instituições.

– Foi um avanço que deverá servir de exemplo

para outras instituições do Brasil que continuam a fazer julgamentos com sessões trancadas – frisou.

Voto secreto

Foi realizada ontem a primeira sessão de discussão de três propostas de emenda à Constituição (PECs) que determinam o fim do voto secreto nas deliberações do Congresso, em alguns ou em todos os casos.

A PEC 86/07, cujo primeiro signatário é o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), determina que o voto seja aberto nos casos de cassação de mandato de deputado e de senador. A PEC 38/04, do ex-senador Sérgio Cabral, torna aberto o voto no mesmo caso. Já a PEC 50/06 prevê o voto aberto em todas as deliberações do Congresso Nacional.

Antes de serem votadas em primeiro turno, essas PECs precisam passar por mais quatro sessões de discussão.

Conselho de Ética transfere reunião para terça-feira

A reunião do Conselho de Ética marcada para ontem foi transferida para as 10h da próxima terça-feira. O presidente do colegiado, Lecomar Quintanilha (PMDB-TO), adiou a reunião – que previa a votação do parecer de João Pedro (PT-AM) sobre a segunda representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros – a pedido dos líderes, já que às 23h ainda transcorria a sessão plenária.

João Pedro antecipou que proporá a interrupção das investigações até que a Câmara conclua as apurações em representação sobre a mesma denúncia, mas que tem como representado o deputado Olavo Calheiros.

Quintanilha disse que o conselho também deve deliberar sobre o procedimento a ser adotado em relação às demais representações contra Renan.

Votação de projetos sobre afastamento de senador é adiada

A votação, prevista para ontem, do relatório de dois projetos de resolução que estabelecem regras para afastamento temporário de senadores dos cargos que ocupam na estrutura do Senado, quando acusados de quebra de decoro, foi transferida para a próxima semana para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O adiamento, defendido pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), terminou acolhido como pedido de vista coletivo, para novos aperfeiçoamentos no relatório de Jarbas Vasconcelos que consolida dois projetos de resolução que tramitam em conjunto.

Com base no PRS 37/07, de Delcídio Amaral (PT-MS), o relator deu amplitude maior ao mecanismo de afastamento preventivo, aplicável a membros da Mesa, do Conselho de Ética ou titular dos cargos de

presidente de comissão e de corregedor.

Mas, com o objetivo de evitar o uso político das representações, deu preferência à solução do PRS 40/07, de João Durval (PDT-BA), ao condicionar o afastamento à aprovação do colegiado no qual o acusado de quebra de decoro foi eleito para o cargo – o Plenário, no caso de integrante da Mesa, ou nas respectivas comissões, quando se tratar de presidente de tais colegiados.

– O simples oferecimento, por qualquer partido político representado no Congresso, de representação que atendesse aos requisitos formais daria ensejo ao afastamento automático do membro da Mesa ou presidente de comissão, ainda que as alegações não tivessem a menor consistência – argumentou.

Quanto ao corregedor e ao presidente do Conselho de Ética, Jarbas prevê que o afastamento do cargo

seja mesmo automático, logo depois de admitidos os requisitos formais de admissibilidade – representação feita por partido com representante no Congresso, com indicação precisa do senador a ser processado e do dispositivo do Código de Ética no qual estaria enquadrado.

Desobstrução

A oposição havia negociado, na véspera, acordo para a votação de um conjunto de matérias para concordar em pôr fim à obstrução das votações em Plenário. Os dois projetos sobre o afastamento dos senadores dos cargos faziam parte da lista e, após o exame na CCJ, deveriam ser apreciados em Plenário. Os líderes entenderam que o adiamento não feria o acordo, diante do reconhecimento de que era preciso aperfeiçoar o relatório.

Antes de propor vista, Jucá manifestou dúvidas sobre a conveniência de

alguns mecanismos do relatório. Ele disse temer, por exemplo, que deixar a decisão do afastamento a mãos de comissões, no caso de seus presidentes, possa dar lugar a manobras entre os partidos. O senador também defende a possibilidade de ampliação do período de afastamento do senador processado. Esse prazo foi previsto por Delcídio em 120 dias e, por João Durval, até o fim do processo. Jarbas Vasconcelos o encurtou para 90 dias – com a reintegração do denunciado ao cargo ao fim desse tempo, caso o processo esteja ainda sem conclusão.

Em relação ao prazo de vigência para o afastamento preventivo, o relator entende que o mecanismo deve começar a valer assim que a matéria for aprovada em Plenário. Já Delcídio, em seu projeto, sugere que a medida entre em vigor em 2009.

Mais seis estados e DF devem ter escolas técnicas

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que cria escolas técnicas e agro-técnicas federais no Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Pará e Maranhão.

Na mesma sessão, o Plenário acolheu emenda da Câmara dos Deputados a projeto de autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que institui 11 de maio como o Dia de Santo Antônio Galvão.

Foram aprovadas ainda as seguintes operações de crédito externo:

- Projeto de Resolução (PRS) 46/07, que autoriza a União a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 150 milhões, para o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade.

- PRS 47/07, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 16,1 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com destinação para financiamento parcial do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II.

- PRS 48/07, que autoriza operação de crédito externo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o BID, no valor equivalente a até US\$ 1 bilhão, cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro e Médias Empresas.

- PRS 49/07, que autoriza a contratação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, no valor de até US\$ 10 milhões.

- PRS 55/07, que autoriza a contratação, pelo governo federal, de operação de crédito externo no valor de US\$ 501,25 milhões com o Bird, para financiamento do Programa de Apoio dos Custos Logísticos (Premef).



Fotos: Leopoldo Siro

Expedito Júnior anuncia emendas à MP do programa de segurança

Expedito Júnior quer crianças de rua no Pronasci

Sensibilizado com reportagem do jornal *Correio Braziliense* sobre mais de 80 jovens que moram na Rodoviária de Brasília, Expedito Júnior (PR-RO) anunciou quatro emendas à Medida Provisória (MP) 384/07, com o propósito de incluir meninos de rua em dois projetos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

– Assim que li esta MP e o teor dos programas, visualizei a possibilidade de inserir as crianças e os adolescentes de rua no protejo – justificou o senador.



João Pedro registra visita do presidente à região amazônica

João Pedro exalta o lançamento do PAC Indígena

João Pedro (PT-AM) comentou em Plenário a visita do presidente Lula à Amazônia, no fim da semana passada, quando lançou, na fronteira com a Colômbia e a Venezuela, o chamado PAC Indígena. O senador disse que serão beneficiadas 201 das 615 áreas indígenas do país.

Ele informou que, durante a visita, foram assinados convênios com a prefeitura de Manaus destinando R\$ 35 milhões para casas populares; R\$ 108 milhões para saneamento básico; e R\$ 50 milhões para construção de poços artesianos e redes de água.

Senador pede ao governo imediata liberação de medicamentos excepcionais de alto custo a pacientes

Alvaro apela em defesa de portadores de doença grave

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apelou ao presidente Lula e ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para que determinem a imediata liberação dos medicamentos excepcionais de alto custo a portadores de doenças graves. Na terça-feira, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção Londrina, entregaram documento ao senador com esse pleito.

O documento informa que o Tribunal de Justiça do Paraná vem suspendendo liminares favoráveis concedidas por juízes em



Alvaro diz que tribunal vem caçando liminares no Paraná

Londrina. A alegação é que o fornecimento dos medicamentos implica grave lesão à ordem e à economia do estado. O senador disse que a justificativa desrespeita a

Constituição, que em seu artigo 196 assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Corrupção

Alvaro Dias divulgou ainda resultado de relatório da Transparência Internacional sobre o desempenho de 180 países no combate à corrupção, e que atribuiu ao Brasil nota 3,5. No câmpulo geral, o país aparece na 72ª colocação na lista anual do índice de percepção da corrupção. Dentre os sul-americanos, apenas o Chile (7,0) e o Uruguai (6,7) estão no grupo com melhor desempenho.

ACM Júnior aponta colapso da saúde na Bahia

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) denunciou o “colapso” dos serviços de saúde pública na Bahia. Segundo afirmou, o Sistema Único de Saúde (SUS) funciona precariamente no estado, devido à falta de médicos, equipamentos e remédios nos hospitais.

– Há casos incríveis de postos funcionando em locais insalubres, como ocorre no posto de saúde do Alto do Cruzeiro, no subúrbio Ferroviário, que divide espaço com um bar. Faltam os medicamentos mais básicos: para o tratamento de hipertensão,



ACM Júnior afirma que faltam médicos e equipamentos

diabetes e, inclusive, para o combate a viroses.

CPMF

Antonio Carlos Júnior criticou o governo federal por pretender vincular o reajuste do SUS à prorroga-

ção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele considerou absurda declaração do ministro da Saúde estabelecendo a prorrogação como condição para aumento médio de 30% nos procedimentos ambulatoriais e hospitalares.

O senador apontou o contingenciamento de recursos como a principal causa da crise no sistema de saúde.

– Esses recursos, se chegassem ao destino em vez de serem contingenciados, permitiriam recuperar instalações e abrir novos postos de atendimento.

Inácio Arruda ressalta ação de ministro em viagem ao Ceará

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou ontem a visita do ministro José Gomes Temporão ao Ceará, onde anunciou a correção das tabelas do Sistema Único de Saúde (SUS), melhorando assim a remuneração dos profissionais e dos hospitais conveniados. O ministro, segundo o senador, também anunciou o aumento do teto *per capita* dos recursos do SUS repassados para o estado, que passará de R\$ 86 para

R\$ 107.

O parlamentar chamou a atenção para o paradoxo que ocorre no Brasil, cujos estados mais desenvolvidos, como São Paulo e Paraná, e que possuem maior número de famílias com planos de saúde privados, têm um teto muito maior do que estados pobres.

Inácio Arruda informou ainda que, no Ceará, Temporão foi inteirado do problema dos hospitais universitários, que acumulam



Inácio: melhor remuneração a hospitais e profissionais

dívida de R\$ 500 milhões. O senador citou o caso do Hospital Universitário Walter Cantídio, que deve R\$ 12 milhões, e não se sabe se a dívida é de responsabilidade do Ministério da Educação ou da Saúde.



César Borges: dinheiro deve vir do governo e não do contribuinte

Para César Borges, prorrogação não é saída para saúde

César Borges (DEM-BA) afirmou que não se pode apontar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como saída para a falta de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme teria declarado o ministro José Gomes Temporão.

O senador admitiu que a crise do SUS envolve problemas de gestão e até passa pela carência de verbas, mas sustentou que o dinheiro precisa vir dos cofres do governo, e não do bolso do contribuinte.



Valter Pereira defende aplicação prioritária no setor de saúde

Valter Pereira anuncia voto contra a CPMF

Valter Pereira (PMDB-MS) anunciou em Plenário que votará contra a proposta em exame no Congresso que visa prorrogar por quatro anos a CPMF.

O parlamentar disse que a única possibilidade de votar a favor da iniciativa do governo é se for incluída a determinação de que os recursos arrecadados com o tributo serão aplicados prioritariamente na área da saúde e estabelecidas punições para os administradores públicos que descumprirem essa regra.

Fátima Cleide parabeniza MEC por programa

Fátima Cleide (PT-RO) parabenizou o Ministério da Educação pelo programa Profucionário, que desde 2005 capacita profissionais de serviços de apoio escolar. Segundo a senadora, o programa deve atingir 48 mil funcionários até o fim do ano.

Ela também pediu a aprovação de projeto (PL 507/03) de sua autoria que propõe a inserção dos funcionários de escola no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Fátima Cleide solicitou ainda rapidez na aprovação do Projeto de Lei 70/07, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), que visa à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, criando escolas técnicas e agrotécnicas em todo o país.

Serys cobra a votação de diretor do Dnit

Serys Shessarenko (PT-MT) defendeu a necessidade de investimentos em logística, como forma de favorecer o escoamento da produção agrícola do estado de Mato Grosso.

A senadora lamentou que a gestão do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) esteja “semiparalisada”, referindo-se à demora na aprovação, pelo Plenário do Senado, da indicação do engenheiro Luiz Antônio Pagot para diretor.

– Nós temos que votar a mensagem de indicação, sob pena de não termos mais o direito de fazer discursos sobre os problemas das nossas estradas, porque os recursos estão parados no Dnit – advertiu Serys Shessarenko.

Célio Azevedo



Vítimas do maior acidente nuclear do país pedem aprovação da proposta

Pensão para funcionários públicos atingidos pelo césio

Foi acolhido ontem em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto do deputado Sandes Júnior (PP-GO) estendendo a pensão especial concedida às vítimas do acidente nuclear com o césio-137 a todos os servidores públicos, civis e militares, que também foram atingidos pelo acidente. O texto aprovado ainda reajusta para R\$ 750 o valor da pensão especial concedida às vítimas do césio. O projeto segue para análise do Plenário.

De acordo com a proposta (PLC 27/04), terão direito ao benefício as vítimas com incapacidade parcial ou total para o trabalho; as que tenham sofrido irradiação ou sido contaminadas em doses

superiores a 50 Rads; e os descendentes de pessoas irradiadas ou contaminadas que nasceram com alguma anomalia em decorrência da exposição comprovada dos pais ao césio-137.

O acidente foi provocado após catadores de sucata e de papel terem aberto uma peça de um equipamento hospitalar para radioterapia de 120 quilos abandonada em um terreno em Goiânia, contendo o material radioativo césio-137, em 1987.

Funasa

A CAS aprovou também requerimento das senadoras Fátima Cleide (PT-RO) e Ideli Salvatti (PT-SC) para debater os recursos a serem aplicados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na área de atuação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Rio pode vencer disputa pelos Jogos Olímpicos, diz ministro

O Rio de Janeiro pode “entrar para ganhar” na disputa para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, disse ontem o ministro do Esporte, Orlando Silva, durante audiência pública da Comissão de Educação (CE) destinada a uma avaliação dos resultados dos Jogos Pan-Americanos de 2007. A candidatura da cidade, afirmou, tem sido vista com respeito em todo o mundo.

– A candidatura do Rio é respeitável pelo que realizamos nos Jogos Pan-Americanos – informou o ministro, ao lembrar que, após o Pan, o Rio de Janeiro já foi escolhido para sediar, em 2011, os Jogos Mundiais Militares.

O presidente do Comitê

Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, citou o resultado de pesquisa realizada nos estádios do Rio, durante os Jogos Pan-Americanos, segundo a qual 95% dos entrevistados gostariam que as Olimpíadas de 2016 se realizassem na cidade. Ele destacou o “nível olímpico” das instalações oferecidas aos atletas e espectadores, além da qualidade dos serviços públicos de segurança e transporte.

O presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino Neto, observou que, pela primeira vez, os Jogos Parapan-Americanos utilizaram a mesma organização e a mesma infra-estrutura dos Jogos Pan-Americanos.

Proposta amplia as hipóteses de direito a créditos do imposto na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária

Aprovada redução de ICMS para produtor rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que amplia as hipóteses de direito a créditos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária.

O crédito de ICMS é um mecanismo que assegura o princípio constitucional da não-cumulatividade do imposto. Ele serve para compensar o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas operações anteriores.

Ao justificar a proposta (PLS 272/07 – Complementar), Marisa Serrano lembrou que há produtos agropecuários isentos ou não-tributados pelo ICMS

devido ao entendimento do legislador de que tais mercadorias devem ser incentivadas, dada sua importância econômica e social. A legislação atual (Lei Complementar 87/96), porém, veda que seja dado o crédito de ICMS nas hipóteses em que o produto sai do estabelecimento isento ou não-tributado.

“Isso gera uma situação injusta, pois o produtor rural é o contribuinte do ICMS incidente sobre os insumos e equipamentos que adquire para a sua atividade. Desse modo, a isenção ou não-tributação de determinados produtos é prejudicial, sob esse aspecto, para o produtor rural”, explica a senadora.

Marisa Serrano argumentou ainda que, como não se pretende isentar de ICMS todos os insumos e equipamentos utilizados na cadeia

de produção agropecuária cujo elo final seja isento ou não-tributado, a única saída possível é a concessão dos créditos relativos ao ICMS efetivamente pago pelo produtor rural. Pelo projeto, a União ressarcirá os estados das perdas comprovadas, mediante prestação das informações na forma a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

A CRA aprovou ainda requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para que o presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA), George Wagner Sousa, seja incluído entre os convidados a participarem da audiência sobre a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas. A audiência foi proposta por João Tenório (PSDB-AL).

Tecnologia da Embrapa recupera solos do país

Em audiência pública ontem na Comissão de Agricultura (CRA), o gerente-geral da Embrapa Transferência de Tecnologia, José Roberto Rodrigues Peres, afirmou que o Brasil pode triplicar a produção de alimentos, fibras e energia e ainda aumentar a produção de carne e leite sem precisar derrubar uma árvore sequer e ainda preservando os recursos naturais.

Nos últimos dois anos, cerca de 20 mil produtores de todas as regiões do país, especialmente do cerrado, têm obtido a sustentabilidade da atividade agropecuária, disse Rodrigues Peres no debate sobre o projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. A proposta é dos senadores João Ribeiro (PR-TO) e Expedito Júnior (PR-RO).

Com o sistema Integração Lavoura-Pecuária, desenvolvido pela Embrapa, será possível a recuperação



Presidida por Neuto de Conto (C), CRA recebe especialistas da empresa

dos cerca de 50 milhões de hectares de solo em degradação no país, afirmou Rodrigues Peres. A tecnologia é transferida aos agricultores por 1.300 técnicos treinados pela Embrapa e a implementação do sistema já recuperou cerca de três milhões de hectares de solo em degradação, disse o dirigente da Embrapa.

O gerente de Planejamento e Negócios da Embrapa Transferência de Tecnologia, Luiz Carlos Balbino, disse que o fato de o Brasil

ainda ter em seu território 18% da floresta intacta do mundo mostra a importância do país na questão da exploração sustentável dos recursos naturais. Balbino criticou as organizações não-governamentais conservacionistas internacionais, que apontam a soja e o gado como os grandes destruidores da floresta. Segundo ele, a maior parte da produção de soja da chamada Amazônia Legal ocorre no cerrado, principalmente em Mato Grosso.

Gerardo Magêlo



Gilvam: pavimentação de BRs vem recebendo recursos do governo

Gilvam Borges destaca atuação em prol do Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ressaltou ontem importantes conquistas obtidas através de sua atuação parlamentar e da bancada federal de seu estado junto ao governo Lula em prol do Amapá. Entre as obras que vêm recebendo recursos orçamentários do governo federal nos últimos anos, ele citou a pavimentação das BRs 156 e 210, e da Rodovia Duque de Caxias.

Gilvam mencionou ainda ações de parlamentares do Amapá para fazer chegar ao estado energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Tucuruí.

Paim comemora adicional de 30% para carteiros

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Justiça da Câmara, de projeto de sua autoria que prevê a concessão do adicional de periculosidade a carteiros. A matéria seguirá para sanção presidencial.

– Isso é uma antiga reivindicação dos carteiros, que terão o acréscimo de 30% nos seus vencimentos – explicou.

O senador ainda manifestou solidariedade aos municípios gaúchos que estão em situação de emergência, em razão das chuvas e de inundações provocadas pelo mau tempo.

Leopoldo Silva



Acolhido na Câmara, projeto de Paim segue à sanção presidencial



Paulo Paim (E) e José Nery ouvem depoimento de Lupi em subcomissão

Ministro apresenta à CDH documentos do caso Pagrisa

Documentos, fotos e depoimentos que compõem o relatório da fiscalização realizada na Pará Pastoril e Agrícola (Pagrisa) pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel foram apresentados ontem pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, à Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo o ministro, a Justiça Federal do Pará instaurou processo criminal contra a empresa. Lupi fez questão de apresentar o relatório depois que senadores contestaram a atuação do Grupo Móvel junto à Pagri-

sa, em Ulianópolis (PA).

Na ocasião, o presidente da subcomissão, José Nery (PSOL-PA), disse lamentar que “ainda existam ataques a ações que visam a combater o trabalho escravo”. Patrícia Saboya (PSB-CE) afirmou que o Grupo Móvel deve continuar fiscalizando empresas que utilizam trabalho escravo, apesar das críticas que ela considerou “conservadoras”.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), se os senadores que visitaram a Pagrisa na semana passada não encontraram as irregularidades comprovadas no relatório é porque o trabalho do ministério foi eficiente.



Entre a relatora, Kátia Abreu, e Sibá, Jarbas Vasconcelos preside reunião

Comissão externa realizará audiências sobre denúncias

A comissão temporária externa destinada a apurar denúncias de trabalho escravo na usina Pagrisa aprovou ontem cinco requerimentos para realização de audiências públicas.

Foram acolhidos convites para o ministro Carlos Lupi; a secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Ruth Vilela; representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Polícia Federal.

Também serão convidados a prefeita e um vereador do município de Ulianópolis (PA), dirigentes da Pagrisa, o subprocurador-geral do Trabalho e a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais.

José Nery questionou a necessidade de os fiscais, porque cumpriram sua obrigação de investigar o caso, prestarem depoimento “como se tivessem cometido crimes”. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), presidente da comissão, afirmou que ela não foi formada para prejudicar nem os fiscais nem a empresa.

Jefferson Péres acredita em mal-entendido

O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), disse acreditar que declarações feitas por senadores na sessão de terça-feira, quando se discutia o caso da usina de álcool Pagrisa, são frutos de mal-entendidos.

Ele disse que a fiscalização de 13 agentes públicos, inclusive de um representante do Ministério Público do Trabalho, que autuou a empresa por manter trabalhadores em regime análogo à escravidão foi feita há dois meses. A comissão de senadores que lá esteve na semana passada, acrescentou, pode não ter encontrado os problemas porque a empresa teria resolvido tudo nesse período.

Jefferson sustentou que o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, mandou suspender os serviços de fiscalização “por cautela”, quando se poderá verificar se houve algum excesso dos fiscais na Pagrisa.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que os fiscais documentaram seu trabalho na usina. O relatório do ministério mostra que, de acordo com a folha de pagamento da Pagrisa, os empregados não recebem mais do que R\$ 175,68 mensais, e alguns não recebem nada. Também demonstra a falta de equipamentos de proteção aos trabalhadores.

– Não vamos desmentir os senadores e nem o relatório. Mas houve falta de respeito no debate de terça-feira neste Plenário – disse.

Por sugestão de Cristovam, a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo apresentará voto de louvor pelas ações de combate do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.



Suspensão de fiscalização foi feita por “cautela”, diz Jefferson Péres

Presidente do Banco Central ficará obrigado a participar de audiências trimestrais na CAE, conforme proposta acolhida pela Comissão de Justiça

Aprovado projeto que obriga prestação de contas do BC

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em votação simbólica, projeto de resolução do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que obriga o presidente do Banco Central a vir ao Senado a cada três meses, para discutir a política monetária em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – colegiado do qual Mercadante é o presidente.

A proposta, que tramita na Casa sob a forma do PRS 11/07, já havia sido aprovada na CAE e, agora, terá de ser votada pelo Plenário do Senado.

No parecer favorável

que apresentou à matéria, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou que “o Senado não vem desempenhando satisfatoriamente a sua função de fiscalizar os atos do Poder Executivo no que tange à condução da política monetária”.

Nesse contexto, Mercadante afirmou, durante a reunião, que sua proposta é “um mecanismo de aprimoramento do papel fiscalizador do Senado em relação ao desempenho do Banco Central”. Ele ressaltou que esse procedimento já vem sendo praticado em outros países, como os Estados Unidos, onde

o presidente do Federal Reserve (o banco central norte-americano) participa de audiências públicas no Parlamento daquele país a cada seis meses.

– O que nós tínhamos, até agora, era um procedimento formal em que o Senado aprovava um documento sobre a evolução dos agregados monetários, o qual não faz mais sentido – disse Mercadante.

A possibilidade de, tanto a Câmara dos Deputados como o Senado, convocarem o presidente do Banco Central para prestar informações está prevista no artigo 50 da Constituição Federal.



Comissão de Justiça busca aperfeiçoar o papel fiscalizador do Senado sobre ações do Poder Executivo

CCJ discute propostas para dar agilidade ao Judiciário

Dois projetos que buscam dar mais agilidade ao Judiciário foram discutidos ontem pela Comissão de Justiça. Uma das propostas, de Eduardo Suplicy (PT-SP), trata do julgamento de ações penais no âmbito do foro privilegiado, e a outra, apresentada pela Presidência da República, visa promover modificações no Código de Processo Penal a fim de aperfeiçoar dispositivos referentes à suspensão do processo e a procedimentos sumário e ordinário. As matérias não foram votadas porque houve pedido de vista em ambos os casos.

A proposta de Suplicy (PLS 281/07) recebeu voto favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), que, no entanto, apresentou um substitutivo para corrigir problemas de constitucionalidade e de juridicidade encontrados no texto original.

Também o projeto de lei que altera o Código de Processo Penal (PLC 36/07) recebeu voto favorável de sua relatora, senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Parlamentar como docente em universidades públicas

A proposta de emenda à Constituição que autoriza deputados federais e senadores a exercerem o cargo de professor universitário em instituições públicas foi acolhida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por meio de votação simbólica. A matéria (PEC 19/07) ainda será votada em dois turnos no Plenário do Senado. Se aprovada, seguirá para a Câmara.

A proposição, do senador Tião Viana (PT-AC), recebeu voto favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A CCJ deliberou ainda sobre ofícios que tratam de leis, ou de trechos de leis, que foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. E apresentou três projetos de resolução que, se aprovados, suspendem a execução de lei do Rio de Janeiro que aboliu o exame psicotécnico nos concursos públicos do estado; de lei que desobriga São Paulo de participar compulsoriamente do Pasep; e a cobrança do IOF sobre saques de cadernetas de poupança.



Leopoldo Silva

Para Neuto, Brasil tem condições de atender à demanda mundial

“Biodiesel e etanol moverão o mundo”, diz Neuto de Conto

Ao lembrar que nos últimos séculos as principais fontes de energia foram o carvão, o petróleo e a energia elétrica, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) opinou que, no século 21, serão o biodiesel e o etanol que moverão o mundo. E o Brasil – com sua mão-de-obra, clima, abundância de terras, sol e tecnologia – dispõe de condições para abastecer parte importante da necessidade mundial, destacou.

Conforme observou, “nos próximos anos, sairá da terra, da agricultura, do agronegócio, mais de 50% do PIB nacional”.

Sibá divulga documento dos Povos da Floresta

Sibá Machado (PT-AC) divulgou declaração de povos indígenas e populações tradicionais da Amazônia elaborada durante o 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta, ocorrido de 18 a 23 de setembro.

No documento, os representantes indígenas reafirmam o papel estratégico desempenhado por eles na proteção das florestas, dos recursos naturais e da biodiversidade. Além disso, o texto propõe que seu conteúdo seja tomado como referência para a construção de políticas baseadas num modelo de desenvolvimento sustentável.



Célio Azevedo

Texto lido por Sibá foi elaborado durante encontro em Brasília

Especialistas voltam a indicar o sistema Emas como saída para evitar acidentes. Custo de implantação seria de US\$ 5 milhões

CCT debate tecnologia para aeroportos de pista curta

Atendendo a requerimento do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizou ontem a segunda audiência pública sobre tecnologias de segurança em aeroportos de pista curta. Como na primeira reunião, os especialistas indicaram a instalação da tecnologia conhecida como Engineered Material Arresting System (Emas).

A tecnologia consiste no uso, na área de escape, de um tipo especial de concreto que cede ao peso da aeronave, formando uma espécie de tanque de areia que facilita a parada da aeronave. Segundo o chefe da seção de investigação do 6º Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa), major-aviador Roberto Fernandez Alves, o custo de implantação do sistema em uma área de 200 pés de comprimento é

de US\$ 5 milhões.

Conforme Roberto Alves, o Emas é a única tecnologia de segurança em pistas curtas que existe para a aviação comercial. As outras duas – relacionadas ao uso de cabos e redes que seguram o avião ao fim da pista – só são usadas na aviação militar.

Peso

O diretor de segurança de voo do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), comandante Carlos Gilberto Camacho, destacou que uma primeira e melhor medida a ser tomada, mais simples do que qualquer nova tecnologia, seria reduzir o peso das aeronaves que operam em determinados aeroportos, como os de Ilhéus (BA) e Santos Dumont (RJ). O comandante explicou que o pouso de grandes aeronaves nesses aeroportos é decidido por burocratas e que os pilotos não têm como dizer não aos patrões, sob o risco de perder o emprego.

Sobre a possibilidade de instalação do Emas em aeroportos nacionais, Camacho considera que seria “o melhor dos mundos se todas as pistas tivessem a tecnologia”. Ele acredita que há recursos financeiros para a instalação da tecnologia.

O superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Luiz Kazumi Miyada, disse concordar com a adoção da tecnologia Emas. Ele ressaltou que há limitações nos recursos para investimento em segurança de voo e sugeriu a criação de um programa de financiamento para implementação de medidas de segurança.

O gerente de Engenharia de Operações da Gol, Murilo Cubas Júnior, garantiu que as empresas aéreas calculam os pesos máximos de pousos e decolagens de aeronaves com base em padrões internacionais.



Célio Azevedo

Wellington Salgado (C), presidente da comissão, na reunião com Camacho (E), Miyada, Fernandez e Cubas Júnior

Brasil está entre os mais seguros da aviação

Durante a audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Luiz Kazumi Miyada, informou que a Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) manteve o Brasil no Grupo 1, relativo aos países com melhor nível de segurança de voo.

Havia grande especula-

ção de que, após os acidentes com os aviões da Gol e da TAM ocorridos em 2006 e 2007, o país seria rebaixado de grupo.

A 36ª Assembléia da Oaci está ocorrendo em Montreal (Canadá) desde o último dia 18 e termina amanhã. De acordo com Miyada, a decisão de manter o Brasil no grupo dos países mais seguros em termos de aviação teve o apoio da grande maioria dos 190 membros votantes

da organização.

A Oaci foi criada pela convenção de Chicago em 1944. As assembléias são formadas por representantes de todos os países que fazem parte da entidade, em um total de 190. A Oaci é gerida por um conselho, eleito pela assembléia para mandato de três anos. O Brasil tem dois representantes no conselho administrativo da organização, Elyseu Filho e Cirilo Ramos.



J. Freitas

Marta Suplicy fala em evento que reuniu parlamentares e líderes do setor

Marta: turismo deve gerar 1,7 milhão de empregos até 2010

Senadoras e deputadas reuniram-se ontem com a ministra do Turismo, Marta Suplicy, e representantes do setor para um café-da-manhã em que se discutiu o turismo como instrumento de inclusão da mulher no mercado de trabalho. Na ocasião, Marta Suplicy anunciou à banca da feminina no Congresso a criação de 1,7 milhão de empregos nesse setor até 2010, mas disse que, para haver investimento na área social, é preciso aprovar a prorrogação da CPMF.

Embora representem 51% da população, 56% das brasileiras estão desempregadas e, das que trabalham, 35% têm remuneração inferior à dos homens. A idéia dos que se reuniram ontem é mudar tais percentuais e alterar situações como a da rede hoteleira, em que a mulher,

embora com reconhecida capacidade de gestão, continua a atuar prioritariamente em postos como os de camareira, faxineira e garçonete.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) considerou uma feliz coincidência o fato de que, no ano em que o Dia Mundial do Turismo tem como tema “O turismo abre portas para as mulheres”, importantes organismos estejam nas mãos de mulheres. Referia-se a Marta Suplicy, à frente do Ministério do Turismo, à deputada Lídice da Mata (PSB-BA), que preside a Comissão de Turismo da Câmara, a Jeanine Pires, presidente da Embratur, e a ela própria, presidente da comissão que trata do tema no Senado.

Marisa Serrano cobra investimentos no setor

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) enalteceu a escolha do tema “O turismo abre portas para as mulheres” para assinalar o Dia Mundial do Turismo, comemorado hoje, com a realização de sessão especial do Senado. Além de criticar o contingenciamento de recursos do Plano Nacional do Turismo, lançado em 2003, Marisa defendeu mais investimentos em infra-estrutura de transporte, energia e saneamento e em qualificação de mão-de-obra do setor.

Ao abordar a questão, a senadora traçou um panorama das potencialidades turísticas do Brasil, com destaque para Mato Grosso do Sul.

Em aparte, Serys Silhes-



Leopoldo Silva

Marisa destaca potencialidades turísticas de Mato Grosso do Sul

sarenko (PT-MT) lamentou a discriminação que ainda cerca as mulheres que atuam no turismo. Já Rosalba Ciarlini (DEM-RN) considerou que a força de trabalho feminina no setor precisa ser reconhecida e valorizada, comentário que recebeu o apoio de Lúcia Vânia (PSDB-GO).